

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.207 - SP (2019/0355097-3)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
IMPETRANTE : BRUNO CESAR PESQUERO PONCE JAIME
ADVOGADO : BRUNO CESAR PESQUERO PONCE JAIME - DF019250
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : S H C M
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. RITO DA COERÇÃO PESSOAL.

1. Impossibilidade de manejo do habeas em face de decisão que indefere liminar em habeas manejado na origem.

2. Hipótese dos autos em que, ademais, não se identifica teratologia ou manifesta ilegalidade no comando prisional.

3. Atendimento da legislação disciplinante e da jurisprudência desta Corte Superior. Pagamentos parciais e pendência de ação revisional que não fazem afastada a possibilidade de aprisionamento do devedor de alimentos.

4. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO, INEXISTINDO SUBSTRATO PARA O DEFERIMENTO DA ORDEM DE OFÍCIO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por BRUNO CESAR PESQUERO PONCE JAIME, com pedido liminar, em favor de S. H. C. M., contra a decisão monocrática do Desembargador Relator do HC n.º 2057793-04.2016.8.26.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em suas razões (fls.03/29), disse que foi condenado ao pagamento de pensão alimentícia aos dois filhos, cujo valor atual perfaz R\$55.000,00 mensais. Alegou que a partir do ano de 2015, devido a crise econômica e a vertiginosa redução dos seus negócios, faturamento e lucro, além do fechamento de empresas, deixou de ostentar a condição financeira necessária para a continuidade do pagamento, motivo pelo qual vem realizando pagamentos parciais, honrando com 60% do valor da pensão. Relatou que ajuizou ações revisionais, não tendo obtido, até o momento, êxito, pois as demandas tramitam lentamente há mais de cinco anos e a genitora dos exequentes pratica todo o tipo de chicana processual para

Superior Tribunal de Justiça

retardar os seus andamentos. Argumentou que fora deferida a guarda compartilhada das crianças, o que autorizaria, por si só, a redução proporcional dos alimentos. Além disso, sustentou que a genitora também deve participar das despesas dos filhos, ostentando condições financeiras para tanto, pois possui mais posses e patrimônio do que o paciente, inexistindo qualquer necessidade urgente no pagamento da pensão, ou de imputar ao pai a responsabilidade integral pelos custos de sustento dos filhos. Reputou, assim, ilegal a prisão determinada, postulando a concessão da ordem.

É o relatório.

Passo a decidir.

O presente *habeas corpus* deve ser extinto, sem julgamento do mérito.

Com efeito, o ato coator constitui decisão monocrática proferida por desembargador do TJSP, que manteve a ordem de prisão do paciente determinada pelo juízo da 1ª Vara de Família de Pinheiros, nos autos da ação de execução de alimentos n.º 1002944-61.2019.8.26.0011, que lhe moveram os seus filhos, B. S. A. M. e H. S. A. M., de 12 e 8 anos de idade.

Aplicável, desta forma, por analogia, a Súmula 691 do STF, que dispõe o seguinte:

Súmula 691 - *Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de "habeas corpus" impetrado contra decisão do relator que, em "habeas corpus" requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

Tendo em vista a pertinência das considerações elaboradas no HC 76.347 QO, que deu origem ao enunciado referido, passo à sua transcrição:

A admitir-se essa sucessividade de habeas corpus, sem que o anterior tenha sido julgado definitivamente para a concessão de liminar "per saltum", ter-se-ão que admitir conseqüências que ferem princípios processuais fundamentais, como o da hierarquia dos graus de jurisdição e o da competência deles, porquanto:

a) - se concedida a liminar pelo relator do "habeas corpus" nesta Corte, estarão prejudicados os "habeas corpus" interpostos perante o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Federal, pela impossibilidade de estes, examinando o

Superior Tribunal de Justiça

mérito - que é o mesmo da liminar -, concluírem pela improcedência do pedido, por terem de cassar necessariamente, até por causa do mesmo fundamento, a liminar concedida, no âmbito de sua competência, por juiz que é hierarquicamente superior,

b) - com isso, obtém-se indiretamente que, por falta de competência, não é permitido diretamente, ou seja, que o relator do "habeas corpus" nesta Corte conceda liminar contra despacho de juíza de primeiro grau; e

c) - se se entender, ao contrário que, com a concessão da liminar pelo relator nesta Corte, não ficam prejudicados os julgamentos dos "habeas corpus" que tramitam no Tribunal Regional Federal e no Superior Tribunal de Justiça, ter-se-á de admitir que, se o primeiro deles julgar o writ perante ele interposto, e que visa ao mesmo fim a que visam os interpostos sucessivamente diante do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, e o indeferir, esse acórdão não só cassará a liminar concedida pelo Ministro desta Corte, como também tornará prejudicado o julgamento pela turma a que ele pertence do próprio habeas corpus, além de tornar prejudicado o julgamento do writ impetrado também junto ao Superior Tribunal de Justiça, violando por duas vezes o princípio da hierarquia de jurisdição pela cassação de liminar deferida por juiz superior e por impedir que o Tribunal superior (e, no caso, são dois) delibere, em definitivo, contra o julgado pela Corte inferior.

Nesse mesmo sentido, ainda:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO LIMINAR DE RELATOR. TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 691 DO STF. PRISÃO. CUMPRIMENTO EM ESTABELECIMENTO COMUM. ADVOGADO. SALA DE ESTADO MAIOR OU DOMICILIAR. PERDA DE OBJETO.

1. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça conhecer de habeas corpus em face decisão de relator que, em habeas corpus requerido ao Tribunal de origem, indefere a liminar. Aplicação da Súmula 691 do STF.

2. Hipótese, ademais, em que o próprio mérito da impetração original foi julgado na origem, com trânsito em julgado, sem a apresentação de recurso ordinário em favor do paciente, que já cumpriu o prazo de trinta dias de prisão decretado em estabelecimento prisional comum.

3. Habeas Corpus prejudicado.

(HC 309.859/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI,

QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. IMPETRAÇÃO DE WRIT CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 691/STF. PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. É inadmissível a impetração de habeas corpus contra decisão do TJ local que indefere pedido de liminar em writ anterior. Aplicação analógica da Súmula n. 691/STF.

2. A prisão domiciliar para o devedor de alimentos somente pode ser admitida em hipóteses excepcionalíssimas, sob pena de esvaziar o escopo coercitivo da prisão civil. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 272.034/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 20/08/2013)

Na linha desse entendimento, o presente pedido de *habeas corpus* não merece ser conhecido.

Também não há espaço para o seu deferimento de ofício.

Consoante se extrai dos autos, a execução foi originalmente ajuizada formulando-se pedido de pagamento das prestações alimentícias atuais além das que se vencessem no curso do processo, respeitado o enunciado sumular 309/STJ e a legislação disciplinante.

O débito, por outro lado, é corroborado pelo próprio impetrante, que reconhece proceder o paciente a pagamentos parciais, o que desserve para afastar a ameaça de prisão.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. CELEBRAÇÃO DE ACORDO. DESCUMPRIMENTO. PRISÃO CIVIL. ART. 733 DO CPC. POSSIBILIDADE. MATÉRIA SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O descumprimento de acordo celebrado em ação de execução de prestação alimentícia pode ensejar o decreto de prisão civil do devedor, porquanto a dívida pactuada constitui débito em atraso, e não dívida pretérita. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

2. A tese ventilada nas contrarrazões do recurso especial acerca da impossibilidade de continuidade do feito pelo artigo 733 do Código de Processo Civil, pois teria havido a extinção da execução, não foi apreciada pela Corte de origem, razão pela qual está ausente o requisito do prequestionamento. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1379236/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/02/2015, DJe 05/03/2015)

Habeas corpus. Prisão civil. Alimentos. Execução. Parcelamento da dívida. Acordo homologado.

1. A simples homologação de acordo judicial de parcelamento de dívida alimentícia em execução, sem qualquer alteração do valor deste ou renúncia por parte do exeqüente, não impede o prosseguimento do feito executivo com decreto da prisão civil do devedor. Hipótese em que a ação de execução não foi extinta.

2. Habeas corpus denegado. (HC 71.527/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2007, DJ 28/05/2007, p. 320)

O direito do credor urge e o devedor, **até que logre alterar a obrigações alimentares constituídas**, deverá proceder ao pagamento, sob pena de prisão.

É certo, ademais, que esta Corte Superior de Justiça já decidiu que a pendência de ação revisional não obsta o prosseguimento da execução de alimentos e, tampouco, a decretação da prisão civil do executado (HC 269.430/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 23/08/2013).

In casu, aliás, o impetrante não logrou demonstrar o deferimento de eventual tutela de urgência nas ações revisionais, a fim de reduzir, de imediato, o valor da pensão alimentícia.

Não se olvide, por fim, que sequer o pagamento parcial da dívida afasta a possibilidade de sua cobrança mediante o rito do art. 528 do CPC/2015, sobrelevando-se o direito aos alimentos e pontencializando-se a decisão ou o acordo em que o direito ao pensionamento fora estabelecido.

Destarte, não há justificativa que afaste a ordem de prisão, inexistindo manifesta ilegalidade no comando prisional, senão renitente inadimplência em

Superior Tribunal de Justiça

proceder-se ao pagamento integral da pensão acordada.

Ante o exposto, não conheço do pedido de *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

